RELEVÂNCIA DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UMA PERCEPÇÃO DOS GESTORES EDUCACIONAIS

RELEVANCE OF THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOMS: THE POINT-OF-VIEW OF PRINCIPALS

Simone Uler Lavorato
Universidade de Brasília, UnB
Brasília, DF, Brasil
simone.lavorato@gmail.com

Gerson de Souza Mól
Universidade de Brasília, UnB
Brasília, DF, Brasil
gmol@unb.br

Abstract. Social movements fighting for the inclusion of people with disabilities have propelled a change in posture regarding moral and ethical values towards persons with disabilities. Inclusion is the fruit of strenuous social fights throughout humankind's history. In the inclusive process, respect towards diversity is a fundamental requisite in order for the transformation of a society that has traditionally been based on exclusion to happen, and the multifunctional resource rooms are a relevant strategy in this. Therefore, it is necessary to understand what are the principals' perception of the work that is developed in said rooms. This study is part of a diagnosis that was carried out in the development of a doctoral thesis that is being elaborated, and that aims to build a methodology that will guide teachers in the making of materials in the teaching of Sciences by using assistive technology based on universal design. This investigation used a qualitative analysis approach, by the means of a semi-structured interview, aiming to identify the point-of-view of principals, that is, to identify the relevance (or lack thereof) of the resource rooms as a means to promote educational inclusion of persons with disabilities. The praxis can be transformed by the results of this investigation. In this sense, this analysis can put into perspective the real and ideal situation of educational inclusion in multifunctional resource rooms, allowing for new improvements.

Keywords: Multifunctional resource rooms; Inclusion; Principals.

Resumo. Os movimentos sociais de inclusão das pessoas com deficiência têm impulsionado a mudança de postura em relação aos valores morais e éticos frente às pessoas com deficiência. A inclusão é fruto de árduas lutas sociais ao longo da história da humanidade. No processo inclusivo, o respeito à diversidade é requisito essencial para a transformação de uma sociedade tradicionalmente pautada pela exclusão e as salas de recursos multifuncionais constituem estratégia relevante. Portanto, faz-se necessário entender qual a percepção dos gestores educacionais sobre dos trabalhos desenvolvidos nessas salas. Destaca-se que este estudo faz parte do trabalho de diagnóstico para o desenvolvimento de uma tese de doutorado que está em elaboração e na qual o objetivo consiste em construir um método que oriente os educadores na produção de material didático para o ensino de Ciências com uso da tecnologia assistiva e ancorado no desenho universal. Essa pesquisa valeu-se de análise qualitativa, utilizando o instrumento da entrevista semiestruturada com a finalidade de rastrear e traçar um recorte acerca da visão dos gestores. Ou seja, identificar a relevância, ou não, das salas de recursos como promotoras da inclusão educacional de pessoas com deficiência. Evidencia-se que a prática vivenciada pode ser transformada a partir dos resultados obtidos nesse trabalho. Sendo assim, essa análise pode contrastar a situação real e ideal da inclusão educacional em salas de recurso multifuncionais, oportunizando processos de aprimoramento.

Palavras chave: Sala de recursos multifuncionais; Inclusão; Gestores educacionais.

INTRODUÇÃO

Pode-se entender por educação inclusiva um processo que envolve a transformação do sistema de ensino para atender a todos educandos, independentes de suas diferenças. Destaca-se que este processo requer necessariamente o engajamento dos educandos, profissionais da educação, projeto político-educacional, estrutura física e material das escolas, apoio familiar, social e cultural. Nessa perspectiva, essa ação transformadora deve propiciar um ambiente educacional democrático, como forma de promover a inclusão.

Segundo Lavorato e Mól (2017), "no cenário educacional, a inclusão assume papel fundamental na produção e disseminação do conhecimento, seja na educação formal ou na informal, pois o indivíduo é visto na sua integralidade".

Ainda segundo os autores, a inclusão requer que o processo de ensino e de aprendizagem ocorra de forma efetiva. Lavorato e Mól (2017) afirmam que "a oportunidade de aprendizado, empodera e integra a sociedade, mas pode ser também fonte de desintegração, exclusão social e pobreza, quando não ocorre de forma equitativa".

Ao falar de inclusão educacional é essencial resgatar que ao longo dos anos, os termos que definem a deficiência foram sofrendo transformações e acompanhando o desenvolvimento da sociedade. O cuidado

com a linguagem também expressa o respeito em relação às pessoas com deficiência e a não discriminação. Na contemporaneidade, o termo mais adequado a ser utilizado é: Pessoa com Deficiência.

Este termo consta no texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em 2006, assinada por diversos países, inclusive pelo Brasil em 2007 e ratificada em 2008, com status de emenda constitucional por meio do Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009.

Segundo Lavorato (2014), a carga semântica da palavra acumulada ao longo do tempo é suficiente para expressar preconceito, e, portanto, alguns desses termos, que inclusive já foram oficiais, como "deficientes", "pessoas deficientes", "portadoras de deficiência" ou "portadoras de necessidades especiais" persistem ainda hoje. Ainda constam termos como estes sendo utilizados na legislação e até como títulos de entidades civis e governamentais. Acredita-se que em função da burocracia ainda não foram atualizados. Como exemplo identifica-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae, Associação dos Portadores de Necessidades Especiais – APNEN, e a Associação Brasileira de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais –ABRAPP, dentre outras.

Políticas públicas

Segundo Souza (2015), a política pública brasileira vigente tem respaldo em leis e resoluções que visam à atenção para a educação inclusiva, e em seus diversos dispositivos têm prevista a garantia aos direitos de acesso à educação de qualidade para todos os alunos. Porém, a inclusão efetiva dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas - NEEs ainda se encontram precárias em muitas escolas em nosso país.

> Via de regra, escutamos justificativas de que a escola e o professor não estão preparados para atender a estes alunos. Esse é um argumento que não se sustenta mais, uma vez que - independentemente de qual seja a demanda do aluno - é compromisso da escola organizar-se para receber todos os alunos e do professor preparar-se, ser proativo e buscar conhecer o seu aluno através de um diálogo permanente que o faça protagonista do seu processo de aprendizagem. (SOUZA, 2015, p.55)

Foi assim ao longo dos anos e continua até os dias atuais. Sempre haverá uma justificativa, uma desculpa para a falta de uma inclusão efetiva. No entanto, é essencial entender quais práticas devem ser adotadas para abarcar a diversidade, propiciando a inclusão.

O Programa Educação Inclusiva, criado pelo Ministério da Educação, em 2003, garante o direito à diversidade, com o objetivo de transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, proporcionando o direito de acesso de todos à escolarização com acessibilidade e atendimento educacional especializado. O Ministério Público Federal publicou, em 2003, o documento intitulado 'O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular' (Brasil, 2003), com o objetivo de reafirmar o direito da escolarização de educandos com e sem deficiência em turmas comuns do ensino regular.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, de 2007, estabelece a implementação da sala de recursos, onde sejam disponibilizados instrumentos necessários às necessidades específicas dos educandos com deficiência

As salas de recursos multifuncionais podem ser consideradas como ambientes transformadores, pois podem apresentar condições mais favoráveis ao desenvolvimento de competências e de habilidades específicas que ficam limitadas ao ambiente da sala de aula regular, compartilhadas por alunos com diferentes necessidades específicas.

Os trabalhos desenvolvidos nas salas de recursos complementam as atividades realizadas nas salas de aula regular. Ao dimensionar os impactos propiciados pelas práticas educativas realizadas nas salas de recursos busca-se identificar a efetividade, ou não, do processo inclusivo.

Na lógica da inclusão, as diferenças individuais são reconhecidas e aceitas na construção de novas práxis pedagógica. Rodrigues (2003) afirma que, nessa nova abordagem, não há mais lugar para exclusões ou segregações e todos os educandos, com e sem deficiências, participam efetivamente. Pois, a palavra de ordem no princípio da educação inclusão é equidade; a escola inclusiva é aquela em que todos têm o direito de frequentá-la.

Lavorato e Mól (2016), destacam que atender uma demanda social em virtude de cumprimento de leis, não promove o pleno e efetivo exercício da cidadania. A pesquisa evidenciou que para a concretização da

inclusão é essencial que os princípios pedagógicos sejam repensados e reorganizados, ou seja, uma verdadeira transformação social.

Processo de aprendizagem

As pessoas aprendem de formas diferentes e isso deve ser respeitado no momento de se conceber uma ação educacional. Esse aspecto não difere pessoas com e sem deficiência; é amplo e não pode ser padronizado, sendo necessário considerar as especificidades e individualidades. Nenhum indivíduo é igual a outro e o importante é motivar e facilitar a compreensão ou objeto de aprendizado.

O processo de construção do conhecimento vem sofrendo transformações ao longo do tempo. No entanto, nas últimas décadas, sua evolução se acentuou drasticamente. Nesse contexto, temos novas formas de ensinar e aprender. Ou seja, faz-se necessário desenvolver novas competências docentes e discentes, para que se possa utilizar de forma produtiva as novas alternativas.

Moran (2007) afirma que um conceito importante é o de educação contínua ou continuada, que se dá no processo de formação constante, de aprender sempre, juntando teoria e prática, refletindo sobre a própria experiência, ampliando-a com novas informações e relações. Nesse sentido, a modernização no processo de ensino e aprendizagem é fundamental.

Esse movimento substitui os antigos métodos de aprendizagem mecanicistas não atendem mais a demanda atual, evidenciando a necessidade da adoção de novas estratégias. Priorizando uma educação contínua e permanente, apoiada em uma visão complexa e sistêmica promovida pela harmonia com as novas tecnologias, mas sem esquecer que elas são apenas o meio utilizado para alcançar o fim que continua sendo a aprendizagem.

Coutinho e Lisbôa (2011) apontam que vivemos um momento de grande incerteza e que diante deste cenário, vários desafios se levantam. Sendo que o primeiro deles é tentar garantir a democratização do acesso às mais variadas formas, meios e fontes por onde circula a informação para que possamos construir uma sociedade mais equitativa.

As referidas autoras destacam que devemos desenvolver competências e habilidades para transformar essa informação em conhecimento e assim desenvolvermos o gosto por aprender ao longo da vida, tendo em contas valores como sejam a solidariedade, o respeito, a diversidade, a interação, a colaboração, a criatividade e sobretudo, a nossa capacidade de ousar, de inventar, de inovar e, ao mesmo tempo, de sermos capazes de avaliar os riscos dos nossos atos.

Na perspectiva de Moran (2007), as mudanças na educação dependem não só de novas tecnologias, mas, de educadores, gestores e alunos maduros intelectual, emocional e eticamente. Ou seja, pessoas curiosas, entusiasmadas, abertas, que saibam motivar e dialogar. Pessoas com as quais valha a pena entrar em contato, e sair enriquecido. São poucos os educadores que integram teoria e prática e que aproximam o pensar do viver.

Segundo Vygotsky (2001), o potencial humano é desenvolvido mediante a interação com o ambiente físico e social, o indivíduo constrói o conhecimento, de forma ativa, a partir dos conhecimentos que traz consigo. Nesse sentido, o processo de interação com o meio e com as outras pessoas é construído individualmente, de forma diferente.

Nuernberg (2008) relata que o período pós revolução de 1917 trouxe consigo a situação de milhares de crianças em condição de vulnerabilidade e muitas delas com deficiência. E na tentativa de responder adequadamente a essa demanda social, o governo soviético envolveu Vygotsky na elaboração de propostas educacionais coerentes com o contexto político e social vigente. Nesse contexto, para atender às necessidades educacionais das crianças com deficiência, Vygotsky criou, em 1925, um laboratório de psicologia. Este originou, em 1929, o Instituto Experimental de Defectologia, local no qual foi desenvolvida parte das pesquisas realizadas.

Quando o indivíduo é uma pessoa com deficiência, esse processo pode ser dificultado por barreiras comunicativas e atitudinais, criadas muitas vezes pela falta de conhecimento ou não disponibilização de recursos ou tecnologias assistivas.

Para Oliveira (1995), na teoria da compensação, desenvolvida por Vygotsky, a pessoa com deficiência visual pode compensar sua limitação usando os outros caminhos neuronais. Ou seja, quando um sentido é comprometido, o sistema neuronal – por meio da plasticidade cerebral – consegue desenvolver novas conexões e novas sinapses. Esse processo permite a formação de novas redes para suprir a carência de determinada função. Assim, estimulando os demais sentidos a pessoa poderá se desenvolver e ter uma percepção do ambiente, do mundo, das relações e das pessoas, dentre outras.

A deficiência não deve ser vista como um problema, ela não impede que a pessoa tenha uma vida saudável e com qualidade caso sejam ofertadas possibilidades de acesso. O respeito a diversidade é a base para o entendimento de que a pessoa tem uma deficiência e não é uma deficiência.

Nesse sentido, segundo Lavorato e Mól (2017), é essencial desenvolver estratégias que proporcionem situações de aprendizagem que estimulem na pessoa com deficiência, os sentidos remanescentes, a iniciativa e a participação ativa.

O processo de aprendizagem deve incentivar o comportamento exploratório e a experimentação para a construção de uma percepção global, que é essencial ao processo de análise e de síntese. Da mesma maneira, não podem ocorrer discriminações e determinadas atitudes, tais como fragilização ou superproteção, devem ser combatidas no processo de ensino e de aprendizagem.

Salas de Recursos

Na visão de Kassar e Rebelo (2011), existe dupla conotação de atendimento educacional especializado: apoio concomitante ao ensino visando substituir a escolarização dos alunos com deficiência, podendo ser prestado em "classes especiais, escolas especiais, classes hospitalares e atendimento domiciliar".

Kassar e Rebelo (2011) apontam que, nos últimos dez anos, a política proposta pelo Governo Federal começa a desconsiderar a possibilidade de oferecimento escolar fora do sistema comum de ensino.

O instrumento utilizado para definir legalmente essa garantia foi o Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008 que admite a realização de atendimento educacional especializado apenas complementarmente ou de forma suplementar e não mais substitutiva. Ou seja, as instituições especializadas devem se organizar como centros de atendimento educacional especializado, oferecendo ações complementares ou suplementares aos espaços escolares comuns.

Segundo Barbalho e Porto (1992) na Constituição Federal Brasileira de 1988, as pessoas com deficiência tem o direito à educação realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado.

Conforme Corrêa (2012), apontam o atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, altas habilidades ou superdotado.

Nesse sentido, uma Sala de Recursos Multifuncionais constitui-se em um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, promovendo a construção e a disseminação do conhecimento.

Segundo Lavorato e Mól (2016), o Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007, estabelece a implementação da sala de recursos, onde sejam disponibilizados instrumentos necessários à necessidade específica do educando com deficiência, com a disponibilização de tecnologia assistiva, como: softwares, livros em braille, recursos ópticos e não ópticos, mobiliário adequado, entre outros, para a promoção do desenvolvimento escolar.

As salas de recursos multifuncionais podem ser consideradas como ambientes transformadores, pois podem apresentar condições mais favoráveis ao desenvolvimento de competências e de habilidades específicas que ficam limitadas ao ambiente da sala de aula regular, compartilhadas por alunos com diferentes necessidades específicas.

Os trabalhos desenvolvidos nas salas de recursos complementam as atividades realizadas nas salas de aula regular. Ao dimensionar os impactos propiciados pelas práticas educativas realizadas nas salas de recursos busca-se identificar a efetividade, ou não, do processo inclusivo

Corrêa (2012) destacam que uma mesma sala de recursos, conforme cronograma e horários, pode atender alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais.

> Há uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais ou até na sala de aula regular, entre eles destacam-se: os jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento; os jogos adaptados, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, livros de histórias virtuais, livros falados; recursos específicos como reglete,

> punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, mobiliário adaptados e muitos outros. (Corrêa, 2012)

Segundo Lavorato e Mól (2017), para todos os educandos, as atividades realizadas devem desenvolver a iniciativa e a autonomia, propiciando prazer e motivação na aprendizagem, uma vez que um ambiente favorável à construção do conhecimento deve encorajar a participação ativa. A autoconfiança contribuirá para a efetividade no processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, a sala de recursos é essencial na promoção do desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

Este trabalho constituiu-se como uma pesquisa de campo, uma investigação empírica e in loco com enfoque qualitativo. Devido ao objetivo de identificação de percepção dos gestores educacionais do Distrito Federal, foi escolhido para realização desta pesquisa o método qualitativo de análise de conteúdo.

Esta análise segue os princípios de Bardin (1977), uma vez que seu foco buscou qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos. Foram utilizadas divisão de categorias de análise na construção das questões.

Minayo (2007, p. 406) aponta que a partir dessa categorização, o analista "propõe inferências e realiza interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente ou abre outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugerida pela leitura do material".

O público participante desta pesquisa foi composto por dez gestores educacionais de escolas públicas localizadas em Brasília, capital do Brasil, no Distrito Federal que desempenhavam suas atividades em escolas que possuem salas de recursos multifuncionais e concordaram em contribuir com essa investigação.

Para assegurar o anonimato dos entrevistados na pesquisa, as identidades foram preservadas e seus nomes substituídos por palavras relevantes utilizadas na inclusão educacional.

O quadro 1 apresenta informações sobre os participantes. Essa representação contribui para o melhor entendimento e análise dos dados discutidos e apresentados. Conhecer dados como idade, gênero, experiência em gestão, números de alunos atendidos e quantidade de professores lotados nas salas de recursos ajudam a entender a complexidade da temática.

Mesmo se tratando de uma análise qualitativa os números ajudam a evidenciar a realidade do contexto educacional no qual foi desenvolvida a pesquisa, pois os dados são complementares e dentro de uma visão sistêmica compõem o todo.

Quadro 1. Síntese dos dados coletados.

GESTOR	IDADE	SEXO	EXPERIÊNCIA EM GESTÃO	ALUNOS ATENDIDOS	PROFESSORES NA SALA DE RECURSO
Inclusão	47 anos	Masculino	7 anos	1.800	2
Barreiras	40 anos	Feminino	8 anos	1.500	2
Equidade	38 anos	Feminino	12 anos	900	1
Diversidade	51 anos	Feminino	9 anos	900	1
Pluralismo	61 anos	Masculino	9 anos	1.000	2
Mobilidade	50 anos	Feminino	3 anos	370	1
Ação Afirmativa	51 anos	Feminino	3 anos	370	1
Tecnologia Assistiva	46 anos	Feminino	3 anos	500	1
Desenho Universal	31 anos	Masculino	6 anos	1.600	6
Adaptação Razoável	55 anos	Masculino	2 anos	1.300	2

Fonte: a autora, 2016.

Para realizar esta pesquisa, foi utilizado a entrevista como técnica e como instrumento foi desenvolvido um roteiro semiestruturada.

A entrevista foi semiestruturada e adotou os seguintes critérios:

- Finalidade: construir dados que expressassem a percepção dos gestores educacionais sobre do trabalho realizado nas salas de recursos.
- Definição das perguntas: as perguntas semiestruturadas foram elaboradas e agrupadas com base em um raciocínio lógico e encadeadas para que possam evidenciar a percepção dos entrevistados.
- Classificação das perguntas: foi adotada a associação de perguntas abertas com possibilidade de contemplar também questões subjetivas apresentadas pelos entrevistados, haja vista a necessidade de se verificar a percepção individual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as entrevistas, os dados obtidos foram sistematizados, compilados e categorizados. Neste contexto, as categorias serão apresentadas na mesma sequência utilizada na entrevista. A partir da descrição de conteúdos evidenciaram-se as seguintes percepções:

Gestores – Dentre os gestores entrevistados, apenas o denominado "Pluralismo" não exerceu atividade de professor antes de assumir a gestão escolar. Os demais foram professores antes de assumir a gestão. Inclusive a gestora denominada "Tecnologia Assistiva" foi professora da sala de recursos por seis anos antes de assumir a gestão da escola. Foi apontado pelos gestores que a experiência anterior como docente subsidiou a atuação como gestor escolar consideraram essa vivência importante para obter uma visão mais realista do contexto escolar.

Estudantes – Evidenciou-se que em todas escolas entrevistadas, os gestores afirmam que a sala de recursos está disponível para o atendimento de todos alunos com alguma deficiência ou transtorno. No entanto, esse atendimento, em nenhuma das escolas pesquisadas, atende a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Foi ressaltado que seria importante ampliar o atendimento dessas salas contemplando também os jovens e os adultos que não tiveram oportunidades educacionais na idade adequada, mas que não estão livres da necessidade de um atendimento especializado.

Turno de atendimento – Dentre as escolas contempladas na pesquisa, apenas uma escola atende prioritariamente no mesmo turno da aula regular. O gestor denominado "Adaptação Razoável" afirma que essa medida foi adotada para que os alunos pudessem permanecer com o outro turno livre para frequentar fisioterapias e atendimento médico complementar. As outras escolas atendem prioritariamente no turno inverso. Na fala dos gestores evidenciou-se que o atendimento é individualizado, com duração aproximada de cinquenta minutos, com a frequência de um atendimento semanal. O gestor "Desenho Universal" foi o único a afirmar que o aluno tem atendimento com frequência de duas vezes na semana. Sendo o atendimento na sala de recurso uma estratégia para complementação e suporte à aprendizagem. O adequado é que este atendimento fosse ofertado no contraturno. Uma vez que nem sempre isso é possível. Seja por limitação escolar ou por limitações das famílias que não podem levar o aluno nos dois turnos.

Acompanhamento – No quesito acompanhamento, apenas os gestores "Inclusão", Equidade" e "Mobilidade" afirmaram que realizam acompanhamento direto com os professores que atuam na sala de recursos e os demais realizam esse acompanhamento com intermediação dos orientadores, supervisores e coordenadores pedagógicos. Todos afirmam que as decisões são tomadas em conjunto e com a participação dos gestores. A gestão democrática, que pauta as relações educacionais no Distrito Federal e que constituem regra geral para todos estabelecimentos educacionais demanda que o processo decisório seja tomado em conjunto e considerando a melhor opção para o educando.

Quantitativo de professores – Dos gestores entrevistados, apenas o "Desenho Universal" relatou não ter problemas quanto ao número de professores na sala de recursos, sendo que essa escola é a única que oferta o atendimento individualizado duas vezes por semana. Todos os demais gestores relatam diversas dificuldades que possuem com falta de profissionais qualificados para atuarem na sala de recurso. Alegam que a cada dia surgem novos laudos e o número de aluno que requer esse atendimento aumenta, apesar de a escola não dispor de profissionais para atendê-los. Apontam ainda que a demanda é muito além das condições de atendimento. Essa realidade, no Distrito Federal e em todo o país, não é exclusiva da sala de recursos, mas como um todo. Faltam professores para contemplar a quantidade de alunos existentes. A demanda é muito maior que a oferta, acarretando em turmas grandes gerando dificuldade de atuação para os docentes.

Relevância da sala de recursos – Todos gestores entrevistados ressaltaram a importância da sala de recursos para o alcance de melhores resultados escolares e pessoais dos alunos atendidos e da interação

com os demais alunos. Na escola administrada pelo gestor "Pluralismo" utiliza-se a sala de recursos também para a realização de curso de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos alunos da escola, com a finalidade de que alunos ouvintes possam interagir com alunos surdos. O projeto é um exemplo de inclusão e um sucesso na escola. Foi necessário criar uma lista de espera para que os alunos ouvintes pudessem realizar o curso de Libras, devido à grande demanda e à falta de professores qualificados que pudessem ministrar o curso. Esse é também um exemplo de como a sala de recursos pode desenvolver atividades que contemplem todos alunos, independente de deficiência ou não.

Demanda – Infelizmente esse aspecto foi levantado por todos gestores, no sentido de que a cada dia aumenta a demanda de atendimento da sala de recursos, não tendo como aumentar as vagas para atendimento. Seja por falta de profissionais, de recursos financeiros e físicos. A maior parte das salas de recursos funciona em cubículos que não comportam uma sala de aula regular e, por isso são destinadas a sala de recurso. Outro ponto levantado pelos gestores, foi a dificuldade de receber um laudo sobre as necessidades de cada aluno, que muitas vezes demoram até dois anos para serem elaborados. Diante de tanta demora, com a ajuda da família, os profissionais da sala de recurso começam a atender o aluno, mesmo sem o laudo. Destaca-se que o laudo seria fundamental para que o profissional selecionasse metodologias e técnicas mais adequadas àquele aluno.

Resultados – Os gestores apontam que mesmo diante de tantas dificuldades para manter as salas de recurso funcionando adequadamente, eles não desistem, porque os resultados excelentes obtidos são visíveis. Os professores da sala de recurso desenvolvem adaptações curriculares personalizadas, ajudando o desenvolvimento dos alunos na sala de aula regular. Nessa perspectiva, os gestores relatam que o trabalho dos professores da sala de recurso é essencial na promoção da inclusão escolar.

Mensagem aos governantes – Os gestores apresentaram uma visão real de como funciona uma sala de recursos e como ela deveria funcionar. Sendo assim, nas mensagens aos governantes sugeriram: capacitação continuada para os professores, investimento em equipamentos tecnológicos, material didático adequado, tecnologia assistiva, espaço físico suficiente para desenvolver as atividades e maior participação no dia a dia das escolas, pois assim poderiam desenvolver políticas públicas mais próximas da realidade escolar e não a partir de uma visão romântica vista por indivíduos trancados em gabinetes.

Mensagem aos professores de sala de recurso – Neste aspecto os gestores foram enfáticos em ressaltar o bom trabalho desenvolvido por esses profissionais. Alguns gestores apontam que somente a vontade de ajudar o próximo que esses profissionais possuem é que explica o trabalho de excelência desenvolvido diante de tantas dificuldades e carências. Parabenizaram os profissionais e destacaram que a motivação desses professores é responsável pelo trabalho desenvolvido. Apontam ainda que esses profissionais buscam por conta própria se desenvolver, capacitar e buscar soluções para um trabalho efetivo. Portanto, é mérito desse profissional os resultados alcançados. Sob a ótica dos gestores, esses profissionais fazem a diferença nos resultados da escola e na vida dos educandos.

Reflexões – Durante as entrevistas, algumas falas representam a lacuna que existe entre a teoria e a prática da educação inclusiva. Soa como um pedido de ajuda repleto de significados:

> "Inclusão não é brincadeira, o governo finge que tem inclusão, mas é apenas uma fala bonita para a mídia".
> "Dizer que o aluno é da Secretaria de Educação é mentira, ele é do professor e o professor tem que se virar para dar conta de ensinar".
> "O trabalho não é feito só com giz e pincel, precisamos de recursos".
> "Na escola pública o pai não sabe nem o nome da professora do filho, veja se na escola particular isso acontece. Lá o pai paga e cobra resultado".
> "Temos que esperar em média dois anos por um diagnóstico e nesse tempo como fica o aluno?".
> "Para comprar material para sala de recurso fazemos festas e até rifas".
> "Compro material para a sala de recurso com dinheiro do meu bolso".
> "Que os professores da sala de recurso sejam persistentes, pois as dificuldades são muitas".

Evidencia-se assim, o esforço dos docentes para desempenhar um bom trabalho apesar da falta de infraestrutura e investimento na educação. Nesse sentido, faz-se necessário muito mais que docentes bem-intencionados para que possa se desenvolver processos de aprendizagem inclusivos que atendam a demanda social de forma efetiva, propiciando a formação de sujeitos autônomos e protagonistas de suas próprias histórias.

CONCLUSÃO

Diante da realidade constatada e do objetivo desse trabalho em entender qual a percepção dos gestores educacionais sobre dos trabalhos desenvolvidos nessas salas de recurso multifuncionais pode ser evidenciado por meio de uma análise qualitativa com a finalidade de rastrear a traçar um recorte acerca da realidade educacional do Distrito Federal.

As salas de recursos são percebidas como oportunidade de concretização da inclusão educacional de pessoas com deficiência. Sendo responsável por mediar esse processo, munindo o aluno de recursos que facilitem seu aprendizado e munindo o professor de alternativas para promover o ensino.

A sala de recurso requer um olhar diferenciado dos gestores, mas acima de tudo um olhar diferenciado dos governantes que criam as políticas públicas. Caminha-se na estrada da inclusão, mas ainda muito distante do destino.

REFERÊNCIAS

Barbalho, J., & Porto, W. C. (1992). Constituição federal brasileira: comentários. Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação.

Bardin, L. (1977) Análise de conteúdo. Lisboa: Edições.

Brazil, M. RESOLUÇÃO CNE/CP1 e CP02, de 18 de fevereiro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. DOU Brasília de, 4, 8.

Brazil, C. D. (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União.

Corrêa, N. M. (2012). Salas de recursos multifuncionais e Plano de Ações Articuladas em Campo Grande–MS: análise dos indicadores.

Coutinho, C. P.; Lisbôa, E. S. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. Revista de Educação, v. 18, n. 1, p. 5-22, 2011.

Kassar, M. D. C. M., & Rebelo, A. S. (2011). O "especial" na educação, o atendimento especializado e a educação especial. Prática Pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, SP: Junqueira& Marin.

Lavorato, S. U. (2014). Acessibilidade nas ações educacionais a distância: um caminho para inclusão da pessoa com deficiência visual no contexto organizacional. Repositório UCB.

Lavorato, S. U., & de Souza Mól, G. (2016). Percepção acerca da inclusão educacional na disciplina de química por alunos com deficiência visual. CIAIQ2016, 1.

Lavorato, S. U., & Mól, G. S. (2017). Sala de recursos multifuncionais sob a ótica dos gestores educacionais do Distrito Federal. CIAIQ 2017, 1.

Minayo, M. D. S. (2007). Técnicas de análise do material qualitativo. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec.

Moran, J. M. et al. As mídias na educação. Desafios na Comunicação Pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica, v. 3, p. 162-166, 2007.

Nuernberg, A. H. (2008). Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual. Psicologia em estudo, 13(2), 307-316.

Oliveira, M K. Pensar a educação: contribuições de Vygotsky. Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate, v. 6, p. 51-83, 1995

Rodrigues, A. J. (2003). Contextos de aprendizagem e integração/inclusão de alunos com necessidadeseducativasespeciais. Educação especial: do quereraofazer. São Paulo: Avercamp, 13-26.

Souza, A M. Identificando práticas pedagógicas inclusivas na sala de aula.2015.

Vygotsky, L. S. (2001) Obras escogidas II (Incluye Pensamento y Lenguaje Conferências). Madrid: Machado Livros.

MINIBIO



Simone Uler Lavorato (simone.lavorato@gmail.com)

Doutoranda em Educação de Ciências -Educação inclusiva pela Universidade de Brasília - UnB, Mestra em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília - UCB. Graduada em Psicologia pela Instituição de Ensino Superior de Brasília - IESB e Pedagogia com especialização em Administração Escolar pela Universidade de Cuiabá - Unic. Possui MBA em Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Especialista em Planejamento, Implantação e Gestão de Ead pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Pós-graduação em Terapia Cognitivo Comportamental na Faculdades Integradas AVM e formação em Neuropsicologia na Universidade de São Paulo - USP. Atuo na área de Educação Corporativa, nas modalidades presencial e ead com foco na Inclusão da Pessoa com Deficiência, Processos Educacionais, Gestão de Pessoas e Gestão Pública.

Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/8026170354974570



Gerson de Souza Mól (gmol@unb.br)
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1964-0513

Bacharel e Licenciado em Química pela Universidade Federal de Viçosa, com Doutorado e Pós-Doutorado em Ensino de Química. Professor da Universidade de Brasília. Orientador dos programas de pós-graduação em Ensino de Ciências (PPGEC) e em Educação em Ciências (PPGEDuC) da UnB e da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - REAMEC. Autor e coordenador do livro Química Cidadã, parecerista de revistas cientificas, assessor da Capes, do CNPq e agencias estaduais de financiamento. Pesquisa na área de inclusão, com foco no Ensino de Química a Alunos com Deficiência Visual. Coordenador da Comissão Nacional Provisória para criação da Sociedade Brasileira de Ensino de Química.

Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/5435762270956940